

85142

5676 *κ*

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
FACULDADE DE LINGUAGEM E ZOOTECNIA
COORDENAÇÃO DE LETRAS

IRANILDIS LIMA CAVALCANTE SOARES

"O CANDIDATO HONESTO": IMAGINÁRIOS E EFEITOS DE SENTIDO NO DISCURSO
POLÍTICO BRASILEIRO

UNEMAT	
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA - MT	
BIBLIOTECA REGIONAL	
TOMBO Nº	00 115 722
DATA	03 / 09 / 2015
CONTROLE:	9260 7945
☐ COMPRA ☒ DOAÇÃO ☐ PERMUTA	

Pontes e Lacerda-MT

2015/1

IRANILDIS LIMA CAVALCANTE SOARES

**"O CANDIDATO HONESTO": IMAGINÁRIOS E EFEITOS DE SENTIDO NO
DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Letras – Campus Universitário de
Pontes e Lacerda – UNEMAT, sob orientação Prof.
Me. Rogério Martins, como requisito parcial para
avaliação na disciplina de TCC.

Pontes e Lacerda-MT

2015/1

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Rogério Martins (Orientador).

Profª. Drª. Silvia Regina Nunes (Membro da Banca).

Prof. Me. Divino Alex Rocha de Deus (Membro da Banca).

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente aquele que é a fonte de toda sabedoria, Aquele que me fortaleceu, capacitou e animou, durante estes anos de formação. "Pai, quero que, onde eu estou, estejam comigo aqueles que me deste, para que vejam a minha glória que me concedeste, porque me amaste antes da criação do mundo" (JO, 17, 24) Agradeço também ao GOU (Grupo de Oração Universitário), que me formou em graça e coragem, pois "A minha palavra e a minha pregação longe estavam da eloquência persuasiva da sabedoria; eram, antes, uma demonstração do Espírito e do poder divino, para que vossa fé não se baseasse na sabedoria dos homens, mas no poder de Deus." (I COR, 2, 4-5)

DEDICATÓRIA

UNEMAT
Campus Universitário
de Pontes e Lacerda MT
BIBLIOTECA

Dedico este trabalho aos meus pais, Irani e Juvenil, aos meus irmãos, Jullia e Artur, minha família maravilhosa que me apoio e me proporcionou chegar onde cheguei. Ao meu esposo, Ildo, quem comigo sofreu as dificuldades desta caminhada e quem comigo, na graça de Deus colherá os frutos desta dedicação. Dedico também, a minha inesquecível amiga Keity, com quem pude dividir momentos de tristeza, de alegria e tantas emoções, ela que foi um presente do Senhor pra mim. Dedico também a todos os meus amigos do GOU (Aline, Lucinéia, Liza, Wallace e Andréia), ao meu orientador Rogério Martins, que me orientou com tanta paciência e dedicação. Finalmente, dedico aos professores que tive durante o curso e aos participantes da minha banca, Divino e Silvia. Enfim, agradeço a Deus por essa pequena vitória e digo pequena porque anseio algo muito maior, o céu para todas essas pessoas.

RESUMO

Para a realização deste trabalho, filiamo-nos teoricamente à Análise de Discurso materialista de linha francesa (PÊCHEUX, ORLANDI, LAGAZZI) para compreendermos a relação língua/sujeito/história/ideologia constitutiva da linguagem e materializada no filme *O Candidato Honesto* (2014), dirigido por Roberto Santucci e produzido por Camisa Listrada e Panorama filmes lançado no Brasil no ano de 2014. O filme joga com o imaginário sobre a política e os políticos no/do Brasil, cujos efeitos configuram um encontro simultâneo de entrelaçamento de sentidos com o acontecimento da corrida eleitoral para presidente do Brasil. Desse modo, compreende-se que a produção do filme se inscreve na memória sobre a política no Brasil, cujos efeitos nos mobiliza, nos convoca a um gesto de interpretação enquanto brasileiros, enquanto eleitores que se significam e são significados por este mesmo lugar ideológico de produção de imaginários e sentidos. Assim, propomos compreender a posição sujeito candidato à presidência da República no processo da campanha política. Para tanto, lançamos mão das seguintes indagações: Como o filme produz/repete imaginários e sentidos sobre a política e o político no Brasil? Como se produzem sentidos na/pela formulação fílmica? É, portanto, baseada no esquecimento constitutivo na linguagem que a formulação fílmica repete/reformula os sentidos pré-existentes regionalizados em diferentes lugares da memória discursiva sobre a política brasileira, produzindo novos sentidos.

Palavras chave: Análise de Discurso, regularidades discursivas, imaginário, sujeito, história.

ABSTRACT

For this work, we join theoretically to the materialistic Discourse Analysis of French line (PÊCHEUX, ORLANDI, LAGAZZI) to understand the relationship language/subject/history / constitutive ideology of language and materialized in the movie *O candidato honesto* (2014) directed by Roberto Santucci and produced by Striped Shirt and Panorama films released in Brazil in 2014. The film plays with the imagery about politics and politicians in/ from Brazil, the effects of which constitute a simultaneous meeting of senses of entanglement with the event of the race for president of Brazil. Thus, it is understood that the film's production inscribe in memory about policy in Brazil, whose effects mobilizes us, calls us to a gesture of interpretation how to Brazilians, while voters who signify and are signified by the same ideological place production imagination and senses. Therefore, we propose to understand the subject position candidate for president in the process of political campaign. Therefore, we used the following questions: As the film produces / repeats imaginary and directions about politics and the political in Brazil? How to produce meanings in / by filmic formulation? It is therefore based on constitutive forgotten the language that the filmic formulation repeats / reshapes the pre-existing way regionalized in different places of discursive memory of Brazilian politics, producing new meanings.

Keywords: discourse analysis, discursive regularities, imaginary subject, history.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O JOGO SIMBÓLICO/POLÍTICO NA CONSTITUIÇÃO DO DIZER E DOS SENTIDOS.....	10
1.1. O político, o histórico e o ideológico.....	10
1.2. Dispositivo Analítico e Dispositivo Teórico: descrição do material.....	12
2. DEMOCRACIA NO BRASIL: UM ACONTECIMENTO HISTÓRICO.....	23
2.1. A memória da política no Brasil.....	26
3. ANÁLISE DO FILME "O CANDIDATO HONESTO": PARÁFRASE E POLISSEMIA.....	33
3.1. Regularidades discursivas: honesto/desonesto.....	33
3.2. Constituição da posição sujeito candidato honesto.....	37
3.3. Paráfrase e polissemia: repetição e ruptura.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

INTRODUÇÃO

Para a realização deste trabalho, filiamo-nos teoricamente à Análise de Discurso (materialista) de linha francesa (doravante AD), pois este campo de conhecimento permite compreender que sujeitos e sentidos se constituem ao mesmo tempo no jogo simbólico/político da linguagem em sua materialidade ideológica.

A materialidade discursiva desta análise trata-se do filme *O Candidato Honesto* (2014), dirigido por Roberto Santucci e produzido por Camisa Listrada e Panorama filmes lançado no Brasil no ano de 2014. No filme, o candidato à Presidência da República, Deputado Federal João Ernesto Ribamar (Leandro Hassum) passa por um processo de campanha eleitoral. Às vésperas da disputa do segundo turno com o candidato à frente nas pesquisas, seu nome é citado no escândalo da mesadinha e sua avó roga-lhe um sortilégio que faz com que ele não consiga mais mentir. Destarte, a expectativa de votos para o candidato tem uma repentina queda.

Para a realização desta análise é de extrema valia os dispositivos teóricos/analíticos de Pêcheux (1970, 1990) que nos possibilita compreender “[...] (o acontecimento, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória).” (PÊCHEUX, 1990, p. 17); e da principal estudiosa e precursora dessa linha teórica no Brasil Eni Orlandi (1980), que nos possibilita compreender o processo parafrástico e polissêmico ao qual está submetido a linguagem. Tomamos também as considerações de Badiou (2002) para compreender o movimento do corte, ao qual está submetida a linguagem cinematográfica. Tomamos também as contribuições de Lagazzi (2007, 2012), para compreendermos o processo da imbricação material.

Tomamos este material com o objetivo de compreender a posição sujeito candidato à presidência da República no processo da campanha política. De tal modo, lançamos mão das seguintes indagações: Como o filme produz/repete imaginários e sentidos sobre a política e o político no Brasil? Como se produzem sentidos na/pela formulação fílmica? Desse modo, para compreendemos a relação indissociável entre o batimento memória/formulação constitutiva do filme em questão, no capítulo 1 propomos um olhar teórico sobre o filme *O candidato honesto*, lançando mão dos conceitos de condições de produção e interdiscurso. Nesse sentido, considerando as condições de produção do filme em contexto imediato, compreendemos que, temos circulando no cinema nacional, um filme que joga com o imaginário sobre a política e os políticos no/do Brasil, cujos efeitos configuram um encontro simultâneo de

entrelaçamento de sentidos com o acontecimento da corrida eleitoral para presidente do Brasil.

No capítulo 2, propomos compreender o contexto amplo da formulação fílmica. Para tanto abrimos mão da noção de interdiscurso, através do qual podemos compreender as condições de produção em sentido amplo, que compreende o contexto sócio-histórico, ideológico e nos permite compreender a democracia enquanto acontecimento. Nos leva ainda a compreender a memória do/sobre o discurso político no Brasil em épocas de campanha. Desse modo, no ensejo de contextualizar a democracia no Brasil vamos compreendê-la conforme Pêcheux, como "[...] (o *acontecimento*, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória)." (PÊCHEUX, 1990, p. 17) Nesse sentido, compreendemos a instauração da democracia no Brasil como um acontecimento, como a instauração de uma ordem discursiva que rompe com uma outra já configurada.

Para compreendermos discursivamente o modo como o filme *O candidato honesto* produz sentidos, ou melhor, como joga com o imaginário sobre o funcionamento da política no Brasil, dividimos o capítulo 3, capítulo analítico em três momentos específicos: a) compreensão das regularidades discursivas que recortam o filme e tecem relações/produzem efeito de unidade entre início, meio e fim; b) compreensão dos processos de subjetivação que se naturalizam e se repetem na constituição da posição sujeito candidato; c) compreensão sobre o modo como o filme repete e como produz a diferença em relação à memória discursiva constitutiva do atual sistema político brasileiro.

E por fim, tecemos nossas considerações a respeito do percurso realizado, considerando que para a Análise de Discurso o processo de significação é aberto e que o objeto empírico é inesgotável no processo polissêmico da linguagem, na formulação que produz a diferença em relação à memória discursiva constitutiva do atual sistema político brasileiro, realizamos o gesto de leitura que nos cabe enquanto analistas.

1. O JOGO SIMBÓLICO/POLÍTICO NA CONSTITUIÇÃO DO DIZER E DOS SENTIDOS

1.1. O político, o histórico e o ideológico

Neste trabalho, filiamo-nos teoricamente à Análise de Discurso (materialista) de linha francesa (doravante AD), pois este campo de conhecimento permite compreender que sujeitos e sentidos se constituem ao mesmo tempo no jogo simbólico/político da linguagem em uma sua materialidade ideológica. Ou seja, para a AD, compreender os sujeitos e os sentidos demanda compreender sua constituição pela ideologia.

Iniciada na França por Pêcheux (1970), a AD tem como principal estudiosa e precursora dessa linha teórica no Brasil Eni Orlandi (1980), quem desenvolve diversos trabalhos de própria autoria e também em parceria com diferentes grupos de pesquisadores.

A AD trata-se de uma ciência que parte do princípio de que a linguagem não é transparente. Assim, ela visa "[...] elaborar a presença e o estatuto do que é ideologia, tornando visível o confronto do simbólico com o político." (ORLANDI, 2001, p. 31) Sobre o político Orlandi afirma que "[...] o político é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição." (ORLANDI, 2004, p. 22-23) Corroborando Orlandi, Guimarães (2005) conceitua o político não como um dizer normatizado ou como forma de pertencimento dos que não estão incluídos, mas como "[...] a contradição que instala este conflito no centro do dizer (GUIMARÃES, 2005, p.17). Ou seja, [...] caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos." (GUIMARÃES, 2005, p.16). Vale ressaltar que a noção de *político* abordada neste trabalho trata-se da noção discutida por Guimarães.

O acontecimento de linguagem por se dar nos espaços de enunciação é um acontecimento político. Ou seja, a constituição da temporalidade do acontecimento se faz pelo funcionamento da língua enquanto numa relação com línguas e falantes regulada por uma deontologia global do dizer em uma certa língua. (GUIMARÃES, 2005, p. 18)

Logo, o simbólico, em confronto com o político, conforme Orlandi (2002) também está na base da produção da existência humana.

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da história. Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e a realidade em que ele vive. (ORLANDI, 2002, p. 15)

A Análise de Discurso tem, pois, como objeto de estudo o discurso e tem como objetivo "[...] fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido." (ORLANDI, 2002, p. 26) Vale ressaltar que a AD compreende a relação língua/sujeito/história considerando,

[...] os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. (ORLANDI, 2002, p.16)

De tal modo, conforme Orlandi (2001), além da relação entre sujeito, linguagem e história, é relevante considerarmos a formulação como fio condutor da análise, uma vez que é a formulação que permite compreender a relação do homem com a linguagem na história.

Dado o fato de que a leitura, assim como a língua não é transparente, a Análise de Discurso coloca em questão a noção de interpretação da Hermenêutica e, diferentemente dessa, trabalha a interpretação além das evidências. Assim, interessa a AD compreender o modo como a interpretação produz sentidos no efeito de evidência da formulação, uma vez que, discursivamente a evidência do sentido se constitui como efeito ideológico.

[...] observando seus limites, nos seus limites, aliando interpretação e ideologia, considerando o político enquanto relações de força que se simbolizam, ou em outras palavras, o político reside no fato de que os sentidos têm direções determinadas pela forma da organização social que se impõe a um indivíduo ideologicamente interpelado. (ORLANDI, 2001, p.34)

Assim sendo, torna-se relevante a relação entre silêncio, incompletude e interpretação, pois considerando que o dizer é aberto e que não tem um determinado início, nem se fecha em um ponto final, os sentidos se repetem/produzem em uma

constante retomada do dizer. Logo, o sentido está em curso e o silêncio, por sua vez, torna-se constitutivo. Conforme Orlandi (2004), "Isto justamente porque a linguagem é estrutura e acontecimento, tendo assim de existir na relação necessária com a história (e com o equívoco)." (ORLANDI, p.2004, p. 12)

Segundo a autora, há dois pontos nodais para a abertura do simbólico, sendo eles "A abertura da linguagem, isto é, não há linguagem em si, soma-se o que temos concebido como a abertura do simbólico. " (ORLANDI, p.2004, p. 12). Assim, para melhor compreendermos a relação que propomos, na perspectiva da Análise de Discurso, entre o simbólico e o político Orlandi (idem) sintetiza,

Não nos iludamos, no entanto, com esse fato; não é por que é aberto que o processo de significação não é regido, não é administrado. Ao contrário, é por esta abertura que há determinação. O lugar mesmo do movimento é o lugar do trabalho da estabilização e vice-versa. (ORLANDI, 2004, p. 13)

Pensando a materialidade do texto na perspectiva discursiva podemos concluir que na sua formulação o processo de significação pode ser administrado. Logo, "Este é uma aspecto crucial: a ligação da materialidade do texto a sua exterioridade (memória)." (ORLANDI, idem, p.14) É, portanto ilusoriamente que acreditamos que as formulações partem de um texto original. Para Orlandi (idem) a ideia de texto original é só no imaginário, um papel da historicidade.

Para melhor compreendermos e abrangermos a constituição de sujeitos e sentidos, como eles se constituem ao mesmo tempo no jogo simbólico/político da linguagem em uma sua materialidade ideológica, vamos abrir uma compreensão das condições de produção, constitutiva no material da análise que realizaremos no terceiro capítulo.

1.2. Dispositivo Analítico e Dispositivo Teórico: descrição do material

Compreender um material de linguagem demanda situar seus processos de formulação e circulação no contexto amplo e estrito em que se configuram as condições de produção do dizer e dos sentidos materializados ideologicamente nesse material. Nesse sentido, ressaltamos as compreensões de Lagazzi (2007) para quem

recortar um material de análise é compreender seus processos de ancoragem e filiação a uma dada região da memória discursiva e não a outra.

Desse modo, corroborando Orlandi (2004), dado que há uma necessidade que rege o texto/o discurso, vinda da relação com a exterioridade tomamos por objetivo, ao recortar o filme *O Candidato Honesto* para análise, transparecer a relação supracitada, relatando discursivamente o batimento memória/formulação no filme. Nossas indagações, portanto, são: Como o filme produz/repete imaginários¹ e sentidos sobre a política e o representante político no Brasil? Como se produzem sentidos na/pela formulação fílmica? Para tanto, recortamos como dispositivo teórico/analítico o conceito de condições de produção.

Por condições de produção compreendemos a relação indissociável entre o batimento memória/formulação constitutiva do filme em questão. De acordo com Orlandi (2010) as condições de produção envolvem a situação, que por sua vez, pode ser pensada em sentido estrito e em sentido lato e os sujeitos, que a AD compreende enquanto posição. O conceito de sujeito na AD, sofre um deslizamento de sentido, não se refere a um indivíduo em particular, mas como uma posição sócio-histórico/ideológica. Assim, o que o sujeito diz tem a ver com a posição em que este se encontra no momento do dizer, por exemplo, em nosso material de análise temos a representação do lugar social ocupado pelo candidato à presidência da República. O sujeito é sujeito de e é sujeito à, "[...] o assujeitamento é a própria possibilidade de se ser sujeito. Essa é a contradição que o constitui: ele está sujeito à (língua) para ser sujeito de (o que diz)" (ORLANDI, 2010, p. 19) É somente no imaginário que linguagem, sentidos e sujeitos são transparentes. Conforme Orlandi (2002) o sujeito só tem acesso parcial ao que diz, a exterioridade/interdiscurso não lhe é acessível.

Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter a língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. [...] Não é uma forma de subjetividade mas um "lugar" que ocupa para ser sujeito do que diz (M. Foucault, 1969): é a posição que deve e pode ocupar todo o indivíduo para ser sujeito do que diz. [...] Da mesma maneira, a língua também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível quando se trata da significação pois o vivido dos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia (M. Foucault, 1975). (ORLANDI, 2002, p. 49)

¹ Orlandi desenvolve o conceito de Formações imaginárias pontuando que a relação do sujeito com os sentidos produz efeitos de imagem que uma dada posição sujeito tem da outra.

A AD compreende a relação língua-discurso-ideologia, partindo do princípio de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Logo, “como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. (ORLANDI, 2002, p. 17) Conforme Orlandi (2002) para a AD a língua tem seu sistema próprio, mas não pode ser visto somente como estrutura, mas sobretudo como acontecimento. Assim, o real da história é afetado pelo simbólico, no fato de um dizer produzir sentidos diferentes em momentos diferentes, o que implica dizer que o movimento de sentido que vai ser retomado em outros contextos produz efeitos na história.

O sujeito discursivo, por sua vez, é afetado pelo real da língua e da história sem ter controle sobre o modo como elas o afetam, funcionando pelo inconsciente e pela ideologia. Desse modo, cabe-nos abordar a noção de formação discursiva que “[...] se define como aquilo que numa formação ideológica dada –ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito.” (ORLANDI, 2002, p. 43) A partir dessa noção podemos compreender o processo de produção dos sentidos, a relação com a ideologia e nos possibilita ainda estabelecer regularidades no funcionamento do discurso.

A evidência do sentido, que, na realidade é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção. Do mesmo modo podemos dizer que a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade (o fato de que eu sou eu), apaga o fato de que ela resulta de uma identificação: o sujeito se constitui por uma interpelação -que se dá ideologicamente pela inscrição em uma formação discursiva- que, em uma sociedade como a nossa, o produz sobre a forma de sujeito de direito (jurídico). Esta forma-sujeito corresponde, historicamente, ao sujeito do capitalismo, ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomo (responsável pelo que diz), um sujeito com seus direitos e deveres. (ORLANDI, 2002, p. 45)

O filme *O Candidato Honesto* (2014) dirigido por Roberto Santucci e produzido por Camisa Listrada e Panorama filmes foi lançado no Brasil no ano de 2014. De acordo com as informações da Rentrak Brazil e do site Filme B, o longa foi líder no fim de semana de estreia (02 a 05 de outubro) e foi a melhor abertura de um filme nacional neste ano. Já na segunda semana em cartaz (de 09 a 12 de outubro), a comédia 'O candidato honesto' ultrapassou a marca de um milhão de espectadores, mesmo ficando em segundo lugar na bilheteria nacional.

Entretanto, o que nos chama a atenção, não é a data de lançamento, tampouco o número assustador de espectadores do filme, mas a situação imediata em que "O candidato honesto" é posto em circulação no cinema nacional. Ou seja, não consideramos trivial que o filme tenha sido produzido em plena época de campanhas eleitorais para Presidente, Vice-Presidente da República, Governador, Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital. Mais ainda, nos incomoda o fato de que o filme aparece em cartaz, praticamente na semana que acontece a votação de primeiro turno, em 05 de outubro de 2014.

No filme, o candidato à Presidência da República, Deputado Federal João Ernesto Ribamar (Leandro Hassum) passa por um processo de campanha eleitoral. Às vésperas da disputa do segundo turno com o candidato à frente nas pesquisas, seu nome é citado no escândalo da mesadinha e sua avó roga-lhe um sortilégio que faz com que ele não consiga mais mentir. Destarte, a expectativa de votos para o candidato tem uma repentina queda.

Nesse sentido, considerando as condições de produção do filme na situação imediata, compreendemos que temos circulando no cinema nacional, um filme que joga com o imaginário sobre a política e os políticos no/do Brasil, cujos efeitos configuram um encontro simultâneo de entrelaçamento de sentidos com o acontecimento da corrida eleitoral para presidente do Brasil.

A relação constitutiva mídia/cinema, enquanto suporte de circulação do filme nos interessa muito, pois, discursivamente, compreendemos que a mídia parte do princípio de literalidade, ou seja " [...] tanto a informatização como a mídia produzem realmente a multiplicação (diversificação) dos meios, mas ao mesmo tempo, homogeneizam os efeitos. (ORLANDI, 2004, p. 16)

Contudo, conforme Orlandi (2004) não há literalidade, quando se trabalha/compreende os sentidos, uma vez que, por mais que se lapide o dizer, ou se pretenda gerenciar os sentidos, haverá sentidos outros. Logo, não é possível ancorar/imobilizar a interpretação.

Não esqueçamos que a mídia é um lugar de interpretação e que funciona pelo ibope, que se rege pelo predomínio da audiência. Ao mesmo tempo que a mídia produz esse esvaziamento, pela estabilização dos percursos, por essa imobilização (censura) pelo ibope, nela também o político não tem lugar próprio. Há atualmente, um silenciamento do discurso político, que desliza para o discurso

empresarial, neoliberal, em que tudo é igual a tudo (o político, o empresarial, o jurídico, etc.). Nesse sentido, se se pode dizer que a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para imobilizá-la. (ORLANDI, 2014, p. 16)

Conforme Orlandi (2004), não há sentido sem interpretação, portanto sempre há interpretação. De acordo com esta afirmação o sujeito é compelido a significar, a interpretação é conduzida por qualidades de produção específicas que aparecem como universais e eternas, o qual procede à impressão do sentido singular e verdadeiro. No caso do cinema, esta manipulação pode ocorrer de modo a restringir a interpretação, de modo a obter apenas o que é considerado "legítimo". Quanto a isto, Orlandi (2004) afirma, que através desta incompletude na linguagem, é que se pode inferir sentido pela historicização. Portanto, é nesta incompletude que o sujeito tem a necessidade de dizer, de determinar os sentidos, de tentar controlar a interpretação.

Não nos iludamos, no entanto, com esse fato. Não é porque é aberto que o processo de significação não é regido, não é administrado. Ao contrário, é por esta abertura que há determinação. O lugar do movimento é o lugar do trabalho da estabilização e vice-versa. (ORLANDI, 2004, p.13)

Pelo viés discursivo, podemos compreender a produção cinematográfica considerando os estudos realizados por Alain Badiou (2002). No capítulo intitulado "Os falsos movimentos do cinema", o filósofo propõe uma compreensão da produção cinematográfica, nomeadamente os movimentos do cinema que possibilita o visível, ou seja, o que chega até nós, enquanto expectadores, mediado pela tela do cinema. Segundo o autor há três formas de movimentos: local, global e impuro.

A relação mídia/cinema é primordial para se compreender a formulação filmica na produção cinematográfica. A partir de considerações como as que supracitamos é que podemos nos atentar também, de modo especial, a como o movimento cinematográfico produz/constrói um efeito de variedade de planos/sentidos, a partir dos quais aciona a formulação filmica.

Ao elencar a constituição da formulação filmica Badiou (2002) pontua como essencial o movimento do corte das cenas para a depuração controlada do visível. Para o autor isto implica dizer que o corte é que possibilita o efeito e os movimentos apresentados no cinema. Assim, "Mais essencial do que a presença é o corte, não apenas pelo efeito da montagem, mas desde logo e à partida pelo efeito do enquadramento e da depuração controlada do visível." (BADIOU, 2002, p.111) Ou

seja, usa-se do corte para reger/administrar a singularidade e idealidade da cena, do visível, o que carece ou não ser visto. De outro modo, uma maneira de direcionar sentidos e gestos de leitura. Este movimento que subtrai a imagem e encarnam os efeitos de corte é denominado local.

Para Badiou (idem), ao abordarmos a história cinematográfica a noção de tempo se esvai, haja vista que a produção cinematográfica subtrai os períodos em horas/minutos para que se possa através do corte expor o indispensável para a compreensão. Na tela do cinema anos a fio se passam cronologicamente sem que questionemos o tempo dos fatos ocorridos pelo tempo que estamos em frente à tela do cinema. A esse respeito o filósofo afirma que "O cinema é uma arte do passado perpétuo, no sentido em que o passado é instituído pela passagem. O cinema é visitação: daquilo que vi ou ouvi, a ideia permanece enquanto passa." (BADIOU, 2002, p.111). Este movimento que "[...] transmite a ideia na eternidade paradoxal duma passagem, duma visitação." (BADIOU, 2002, p.112)   denominado global.

Orlandi (2002) compreende esta situação, porém nomeando-a memória discursiva/interdiscurso, uma visitação a memória "[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pre-construído, o já- dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra." (ORLANDI, 2002, p.31). Logo, podemos afirmar que todo dizer, seja ele cinematográfico ou não, se constitui no encontro de dois eixos, sendo eles a formulação (atualidade) e a memória (constitu  o).

Badiou (2002), afirma ainda a existência de uma outra forma de movimento, um movimento pela circulação de diferentes atividades artísticas, ela própria subtrativa a si mesma. Podemos chamá-lo de movimento impuro. Segundo o autor o cinema é a sétima arte, num sentido particular, pois "Ele não se junta às outras seis no mesmo plano que elas, ele implica-as, ele é o suplemento das outras seis. Ele opera sobre elas, a partir delas, por um movimento que as subtrai a si mesmas." (BADIOU, 2002, p.112)

A partir do estudo realizado por Badiou, sobre os movimentos do cinema podemos estabelecer uma relação com o conceito de regularidades discursivas desenvolvidos em AD. No qual, segundo Orlandi "[...] para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem   sua exterioridade. (ORLANDI, 2002, p.16) Na AD é a partir das regularidades discursivas

do material de análise que podemos compreender sua formulação e como tal material filia sentidos a uma dada região da memória discursiva e não a outras.

Para Lagazzi, “O trabalho analítico discursivo na intersecção de diferentes materialidades significantes impõe demandas que levam o analista a enfrentar a noção de recorte.” (LAGAZZI, 2007, p. 67) Nas compreensões de Lagazzi recortar um material de análise é compreender seus processos de ancoragem e filiação a uma dada região da memória discursiva e não a outra.

O batimento estrutura/acontecimento referido a um objeto simbólico materialmente heterogêneo, requer que a compreensão do acontecimento discursivo seja buscada a partir das estruturas materiais distintas em composição. Realço o termo composição para distingui-lo de complementaridade. Não temos materialidades que se complementam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra. Ou seja, a **imbricação** material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais. (LAGAZZI, 2007, p. 69) (grifo nosso)

Vale ressaltar que para a autora a palavra em destaque no campo discursivo, sofre um deslizamento de sentido, ou seja em AD, “Imbricar pode ser compreendido, então, como compor no movimento da incompletude e da contradição.” (LAGAZZI, 2012, p.01) Corroborando Lagazzi (idem), ao expandir o exercício parafrástico para composições com diferentes suportes significantes, na imbricação material podemos compreender a regularidade discursiva em dois movimentos que se entrelaçam fazendo trabalhar a incompletude na formulação.

Vamos, então, compreender efeitos de sentidos e imaginários do/sobre o discurso político brasileiro materializados no filme *O Candidato Honesto* (2014). O modo como o filme é formulado produz um gesto de interpretação sobre o cenário político brasileiro a partir do qual é possível perceber uma regularidade discursiva materializada no jogo de oposição: verdade/mentira; sentidos que no cenário político (re) produzido configurado, de certo modo, nos recortes cenográficos do filme são reescritos/ressignificados pela relação honesto/desonesto. É a partir dessa regularidade discursiva que compreenderemos os efeitos de sentidos e imaginários materializados no longa-metragem.

Em outras palavras, na imbricação do verbal e do visual tem-se simultaneamente uma dupla articulação materializando o efeito dicotômico que, levando-se em consideração a moral jurídica e/ou cristã ocidental, produz um embate ideológico de sentidos entre formações discursivas distintas. Assim, tem-se, de um

lado o jogo verdade/mentira. Já em um segundo plano tem-se o efeito dicotômico honesto/desonesto. Neste sentido, interessa-nos analisar a posição-sujeito na imbricação do verbal e do visual.

Em sua formulação o filme narra a história do candidato à Presidência da República, Deputado Federal João Ernesto Ribamar (Leandro Hassum) que passa por um processo de campanha eleitoral. Nesse primeiro plano temos a cena principal do filme que se configura na propaganda eleitoral do candidato. Na cena de abertura do filme tem-se uma formulação discursiva que produz um efeito de verdade sobre o candidato, reafirmando a sua honestidade.

No verbal, a cena consiste em contar a história de João Ernesto desde sua infância até os dias atuais, ressaltando as boas obras do aspirante. Já na formulação visual desse discurso, vão sendo mostradas diversas imagens que produzem o efeito de reiteração do dizer, dentre elas, imagens do candidato em sua infância, destacando a sua pobreza, reafirmando o caráter de verdade da cena. Nesse jogo em que se produz um imaginário sobre a verdade reforçada pelas imagens em cena, produz-se uma veracidade do dizer sobre o candidato.

Segundo Michel Pêcheux, a memória “[...] é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos e de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.” (PÊCHEUX, 2010, p. 56)

No filme *O Candidato Honesto (2014)* chama-nos a atenção o fato de também acontecer na campanha eleitoral do filme a preocupação com a jurisdição brasileira que determina as práticas legitimadas de propaganda, horário eleitoral gratuito, comícios e também pelas práticas ilegais, como a famosa boca-de-urna. A partir de observações como estas, no intuito de encontrar as regularidades da linguagem em sua produção é que relacionaremos em seguida o gesto de interpretação a sua exterioridade.

Conforme o vídeo *1976- propaganda eleitoral gratuita (TRE) – TV Globo*, a princípio, a propaganda eleitoral se dava de modo que apenas as fotos, os nomes e os números dos candidatos apareciam na tela, assim a voz de um locutor anunciava as qualificações, o partido e cargos dos respectivos candidatos. Contudo, o Tribunal Superior Eleitoral, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 23, inciso IX, do Código Eleitoral e o artigo 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, institui em sua resolução o horário reservado a propaganda eleitoral gratuita.

As atuais condições de produção filiadas a uma conjuntura sócio-histórica dada, a uma formação discursiva permitem que o filme circule em época de campanha sem que se seja censurado graças à liberdade de imprensa marcada pela transição do regime militar para o governo democrático. Uma conquista construída sócio-históricamente a partir da redemocratização do país em 1988 que concebe a liberdade de expressão. A *Defesa da Liberdade de Imprensa no Brasil*² foi promovida pela Associação Nacional de Jornais – ANJ que a implantou, em abril de 1997. De acordo com Nelson Sirotsky³ (2005), no discurso proferido na ocasião do lançamento da Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa,

[...] a ANJ mantém seu Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa, com o objetivo de desenvolver ações para garantir a liberdade de informação e opinião no Brasil e denunciar qualquer tipo de ameaça ao livre exercício da nossa atividade. Este Programa é hoje uma referência nacional e internacional, com relatórios anuais que denunciam violações praticadas contra este princípio constitucionalmente consagrado, contra seus profissionais e os veículos de comunicação. Temos sido, portanto, durante todos esses anos, os porta-vozes diante do resto do mundo de tudo aquilo que diga respeito à liberdade de imprensa no Brasil. (SIROTSKY, 2005).

Esse espaço na mídia conferido a política brasileira, através da lei, proporcionou maior alcance aos eleitores, visto que, a repercussão midiática põe em circulação, ecoa, vai ganhando vários espaços de uma só vez e abrange um número maior de eleitores, ficando a cargo do candidato junto ao seu partido constituir-se autor de sua propaganda eleitoral, cujas condições de produção, marcadas pelo contexto de democratização pós-ditadura, permitem acontecer.

Desde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, até os dias atuais, não sofremos nenhuma reforma política significativa. Desse modo, na falta de uma reforma política o judiciário mudou as regras instituindo minirreformas eleitorais. Até então, tivemos três minirreformas, sendo a última institucionalizada na Lei n.º 12.875, de 30 de outubro de 2013, que altera a Lei das Eleições e a Lei dos Partidos. Conforme Hardy Waldschmidt ⁴(2014) em *As Breves notas sobre a minirreforma eleitoral de 2013*⁵, as minirreformas têm por finalidade,

² Artigo publicado, em 01 de março de 2005, no Observatório da Sociedade da Informação, de responsabilidade do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO no Brasil.

³ Nelson Sirotsky -Presidente da Associação Nacional de Jornais – ANJ

⁴ Hardy Waldschmidt, professor de Direito Eleitoral da ESMAGIS e Secretário Judiciário do TRE/MS

⁵ Campo Grande (MS), 5 de maio de 2014

[...] diminuir custos das campanhas eleitorais. De um modo geral, o texto aprovado representa mero aperfeiçoamento da legislação eleitoral e partidária vigente, porquanto traz apenas alterações pontuais, sem se aprofundar em qualquer questão estruturante do sistema eleitoral e partidário vigente. Esta já é a 3.^a minirreforma eleitoral aprovada pelo Legislativo, após a edição das Leis 11.300/2006 e 12.034/2009, popularmente conhecidas como 1.^a e 2.^a minirreforma, respectivamente. (Waldschmidt, 2014, p.01)

Atualmente existem limites à realização da campanha eleitoral, conforme mostra a lei nº 9 504/97 e a Resolução TSE 23.404/14 que disciplinaram a realização de propaganda durante a campanha eleitoral. Com essas mudanças, muitas práticas que seduziam e aliciavam os eleitores foram vetadas. Dentre elas, os showmícios, evento político no qual candidatos realizavam seus comícios e levavam cantores/artistas para entretenimento dos eleitores (prática que muitas vezes era acompanhada de bebidas alcoólicas); distribuição de brindes; e campanhas eleitorais de repercussão midiática fora da propaganda eleitoral veiculada gratuitamente. Essas foram algumas, dentre outras práticas políticas, que foram vetadas para propor a igualdade na disputa eleitoral. Conforme a *Cartilha sobre Propaganda Eleitoral – Eleições 2014*⁶ do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe⁷,

A propaganda eleitoral é regulamentada por lei para evitar o abuso do poder econômico e político por parte dos partidos políticos e candidatos. Se a propaganda eleitoral não tivesse limitações legais, os detentores do poder econômico ou político poderiam, por exemplo, controlar os meios de comunicação social para influenciar indevidamente os eleitores. As limitações legais impostas na propaganda eleitoral visam, portanto, garantir a igualdade na disputa eleitoral. (Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, 2014, p. 06)

Estas afirmações nos permitem compreender os motivos que levaram a implantação do horário eleitoral gratuito, vetando a campanha eleitoral privada na TV, pois disponibilizando um horário gratuito, a Lei produz um efeito de proporcionar igualdade entre os candidatos/concorrentes, no intuito de facilitar o exercício da democracia pelos eleitores na hora de avaliarem os candidatos. Contudo, ao causar o efeito de proporcionar a igualdade, silencia que o tempo dado para os candidatos não é o mesmo. Ancorados na legislação que rege o processo de campanhas eleitorais, os considerados principais candidatos, recebem mais tempo para proferir suas propostas. Logo, os que tem menos tempo, são compelidos a proclamar sua

⁶ Composição em 30 de maio de 2014

⁷ Marcos Vinícius Linhares C. da Silva (organizador)

campanha/discurso de forma apelativa/protestante, que muitas vezes é fadada ao fracasso e exposta ao ridículo. Nessa perspectiva, já vai se desenhando a determinação de quem será o presidente que governará o país nos próximos quatro anos. Nesse sentido podemos levantar uma série de questionamentos: Que democracia é esta? Como se avalia os candidatos com tamanhas disparidades? Isso pode ser chamado de igualdade?

Por fim, temos as condições de produção em sentido amplo, o contexto sócio-histórico, ideológico que nos permite compreender a democracia enquanto acontecimento. Um gesto que interfere diretamente nos modos de organização e de divisão de sujeitos em nossa sociedade. Isso pode ser compreendido nos modos como se elegem representantes e como organiza o poder distribuindo posições de mando e obediência. Nos leva ainda a compreender a memória do/sobre o discurso político no Brasil em épocas de campanha, o alvoroço que se dava nos anos 90 e 2000 após a democratização da política brasileira, as promessas realizadas, o jogo político instaurado.

2. DEMOCRACIA NO BRASIL: UM ACONTECIMENTO HISTÓRICO.

No ensejo de contextualizar a democracia no Brasil vamos compreendê-la conforme Pêcheux, como “[...] (o *acontecimento*, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória).” (PÊCHEUX, 1990, p. 17) Ou seja, compreendemos a instauração da democracia no Brasil como um acontecimento, como a instauração de uma ordem discursiva que rompe com uma outra já configurada.

Conforme Orlandi (idem) “Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos” (ORLANDI, 2002, p. 33)

Desse modo, compreende-se que a produção do filme se inscreve na memória sobre a política no Brasil, cujos efeitos nos mobiliza, nos convoca a um gesto de interpretação enquanto brasileiros, enquanto eleitores que se significam e são significados por este mesmo lugar ideológico de produção de imaginários e sentidos conforme veremos abaixo.

Como o filme joga com a situação imediata, cujo contexto é configurado por uma forma de governo democrática, ou seja, joga com a memória da democracia brasileira, buscaremos compreender o modo como significam os dizeres sobre o conceito de democracia no Brasil. Vale ressaltar, que este enfoque dado à palavra democracia torna-se necessário porque, além de aparecer na materialidade discursiva do filme, ainda produz diferentes sentidos no social.

Tomamos como material os dicionários Aurélio e Houaiss para compreendermos como a palavra democracia produz/determina sentidos. De acordo com Sylvaian Auroux, junto com a gramática, os dicionários são considerados instrumentos tecnológicos da linguagem, ou seja, produzem um certo saber sobre a língua.

De acordo com Houaiss (2009), etimologicamente do grego *demokratia*, de dêmos ‘povo’ + kratía ‘força, poder’, que por sua vez é ant- absolutismo, autocracia, autoritarismo, despotismo, ditadura.

Conforme o dicionário Aurélio (1999),

Democracia. [Do gr. *Demokratia*.] S. f. 1. Governo do povo; soberania popular; democratismo. [Cf. *vulgocracia*.] 2. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da **distribuição equitativa** do poder, ou seja regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e

pelo controle da autoridade, *i. e.*, dos poderes de decisão e de execução; democratismo. [Cf. (nesta acepç.) *ditadura* (1).] 3. País cujo regime é democrático. (AURÉLIO, 1999)

Para compreendermos, os demais sentidos da palavra democracia vamos tomar a definição/significado do dicionário Houaiss (2001).

Democracia *s.f.* (1671 cf. RB.) POL 1 governo do povo; governo em que o povo exerce a soberania 2 sistema político cujas ações atendem aos interesses populares 3 governo no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas, não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípios permanentes de legalidade 4 sistema político comprometido com a igualdade ou com a distribuição equitativa do poder entre todos os cidadãos 5 governo que acata a vontade da maioria da população, embora respeitando os direitos e a livre expressão das minorias 6 *p. ext.* país em que prevalece um governo democrático < *ele é cidadão de uma autêntica d.* > 7 *p. ext.* força política comprometida com os ideais democrático < *a d. venceu as eleições naquele país* > 8 *fig.* pensamento que preconiza a soberania popular < *a d. ganhou espaço na teoria política* >. (HOUAISS, 2001)

No dicionário Houaiss (2009), mais atualizado temos ainda a seguinte definição,

Democracia *s.f.* (1671) POL 1 governo em que o povo exerce a soberania 2 sistema político em que os cidadãos elegem os seus dirigentes por meio de eleições periódicas 3 regime em que há liberdade de associação e de expressão e no qual não existem distinções ou privilégios de classe hereditários ou arbitrários 4 *P. ext.* país em que prevalece um governo democrático. (HOUAISS, 2009)

Conforme as definições/sentidos atribuídos acima a palavra *democracia* podemos entendê-la, resumidamente como governo do povo, com predomínio de soberania popular que concebe a liberdade do ato eleitoral, de associação e de expressão, ou seja, que acata a maioria e respeita os direitos e a expressão das minorias; sistema político, cujas ações atendem aos interesses populares, no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas e os cidadãos elegem os seus dirigentes por meio de eleições periódicas de quatro anos.

Após 20 anos de Ditadura Militar, em meados da década de 1980 teve início o processo de transição democrática do Governo brasileiro que em abril 1984 culminou em uma mobilização social e política denominada *Diretas já*. Contudo, a proposta de emenda constitucional que liberava a realização de eleições diretas para Presidente da República foi rejeitada na Câmara dos Deputados.

O movimento *Diretas já* emana uma ruptura na memória que resulta em um acontecimento, a chegada da democracia ao país, o direito ao voto por meio das eleições diretas. Desse modo, a democracia materializa a projeção discursiva que já vinha sendo construída por um determinado lugar de dizer representado pela posição daqueles que são autorizados para atuar como porta voz desse desejo social, ou seja o povo entre demais políticos que também se interessavam por um governo democrático.

A partir dos sentidos mobilizados nos dicionários, podemos compreender os sentidos que circulam a palavra *democracia* no âmbito da instituição do governo democrático pela Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988⁸, no preâmbulo da mesma.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

No art. 1º da Constituição (1988), *dos princípios fundamentais* do governo democrático, temos as características chaves dos fundamentos de um governo democrático.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

No art. 2º, temos ainda o modelo de organização da política brasileira, como se dá a divisão de sujeitos em nossa sociedade. Isso pode ser compreendido nos modos

⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm -acesso 13 de maio de 2015.

como se elegem representantes e como se organiza o poder, distribuindo posições de mando e obediência dentre os *Poderes da União*, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Não obstante, a democracia em nosso país ainda encontra-se em contradição. Comparada a outros países, cujos governos são democráticos, caminhamos ainda a passos graduais, para a efetivação, e concretização da soberania popular, considerando que exercemos ainda uma cidadania cogente que exige/obriga a presença dos cidadãos nas urnas.

Quanto a este embate político/ideológico há controvérsias. De um lado temos os que defendem o voto facultativo, argumentando que há uma melhora na demanda dos votos, que passa a contar com eleitores mais conscientes. Por outro temos os defensores da obrigatoriedade do voto, argumentando a imaturidade política dos cidadãos em relação ao exercício da democracia, afirmando que "Nossa democracia é extremamente jovem e foi pouco testada. O voto facultativo seria o ideal, porque o eleitor poderia expressar sua real vontade, mas ainda não é hora de ele ser implantado".⁹

Desse modo, podemos considerar que com a instauração do novo regime, temos como principal conquista para a política brasileira o voto direto e as eleições a cada quatro anos, o que não ocorria antes.

Nesse sentido a instauração da democracia no Brasil, enquanto acontecimento se configura no sentido de romper com o Regime Militar, cujos efeitos de repressão, censura, exílio silenciavam os dizeres que não tinham a mesma proposta do governo instaurado, prática que a *Democracia* rompe ao legitimar as eleições diretas. Assim, podemos perceber que há uma necessidade de, no Regime Democrático repetir, saturar o que seria oposição ao Regime Militar. Ou seja, há na memória sentidos do regime militar que significam na conjuntura política de nosso país, e significa enquanto aquilo que deve ter sentido oposto.

2.1. A memória da política no Brasil

A textualização da história oficial brasileira afirma que apesar da reprovação da constituição em 1984, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB),

⁹ Fala de Danilo Barboza, membro do Movimento Voto Consciente.

principal partido da oposição, lança a candidatura, ao colégio eleitoral, do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves.

A vitória, na convenção do partido governista, da candidatura presidencial de Paulo Maluf, leva os principais líderes a deixarem o partido, formarem a Frente Liberal e passarem a apoiar a candidatura de Tancredo. Com apoio de parte substancial do partido do governo e de toda a oposição, com exceção do PT, Tancredo é eleito presidente da República, de forma indireta, em 15 de janeiro de 1985, tendo como vice José Sarney, representante da Frente Liberal. (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 54)

Contudo Tancredo, não chegou a assumir efetivamente o cargo de Presidente, pois na véspera de sua posse ele adoeceu e foi direcionado ao hospital. José Sarney, seu vice, assumiu a Presidência em 15 de março, aguardando o restabelecimento de Tancredo. Todavia, o estado de saúde de Tancredo se agravou, e ele foi a óbito no dia 21 de abril em São Paulo, aos 75 anos.

No Brasil, com a instituição do governo democrático tivemos em 15 de novembro de 1989 o primeiro turno das eleições presidenciais, a primeira eleição direta para Presidente da República desde 1960. Teve como candidatos Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva do PT.

Jovem, dinâmico, vigoroso, com um discurso considerado moderno, prometendo uma revolução no serviço público, com privatizações, abertura econômica e eliminação dos altos salários (dos chamados marajás), fatores que, somados a uma competente campanha no rádio e na televisão, fizeram Collor alcançar cerca de 30% dos votos válidos, ficando à frente do segundo colocado, o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, que obteve 17% dos votos válidos. (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 58)

Conforme Leite Júnior (2012) Numa disputa acirrada ambos foram para o segundo turno realizado em 17 de dezembro e Collor foi eleito presidente da República com 53% dos votos, contra 47% de Lula. Em 15 de março de 1990 Collor assume a presidência. "Com a inflação fora do controle, Collor assume a presidência e edita uma série de medidas que, segundo ele mesmo declarou, deixaria "a esquerda perplexa e a direita indignada". (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 58)

A primeira medida de Collor como Presidente foi anunciar o Plano Collor como sendo seu pacote de modernização administrativa, uma das medidas econômicas de combate à inflação. Este Plano contemplava como principais medidas: a volta do Cruzeiro como moeda; congelamento de preços e salários; bloqueio de contas

correntes e poupanças no prazo de 18 meses; demissão de funcionários e diminuição de órgãos públicos, dentre outras. Segundo Leite Júnior (2012),

Tivemos ainda o bloqueio dos recursos, que criou uma crise de liquidez no país, reduziu bastante a inflação nos primeiros meses, mas causou uma enorme retração na atividade econômica, levando a um decréscimo do PIB de 4,3% em 1990. Como aconteceu nos anos anteriores, após um período de dormência, a inflação retornou com toda a força. (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 58)

Collor tentou ainda um segundo Plano de estabilização da inflação denominado Collor II, implantado em fevereiro de 1992, mas dada a insatisfação do povo com o Presidente, houve a abertura do processo de impeachment e este plano não se concretizou. Em decorrência do impedimento do Presidente, Collor foi afastado provisoriamente da presidência da República. Após dois anos de governo o Presidente renunciou ao cargo em 1992. Desse modo, seu vice, Itamar Franco ficou em seu lugar.

A gestão de Collor/Itamar, segundo a Revista Veja¹⁰ foi marcado por vários escândalos de corrupção, dentre eles a Máfia da Previdência, em março de 1991; Caso Collor, em maio de 1992; Anões do Orçamento, em outubro de 1993; e o Escândalo da Parabólica, em setembro de 1994. Dentre eles chama-nos a atenção, em especial, o Caso Collor que aponta para o beneficiamento direto do Presidente em um esquema de corrupção com o ex-tesoureiro de sua campanha, Paulo César Farias, culminando no impeachment.

PC recebia propina de empresários interessados em negociar com o governo, ficava com 30% do dinheiro arrecadado e repassava o restante ao presidente. Firms fantasmas foram criadas para emitir notas fiscais frias. Estima-se que o esquema tenha movimentado, por baixo, 350 milhões de dólares. O caso foi descoberto a partir de uma reportagem de capa de VEJA que trazia, numa entrevista exclusiva, as denúncias de Pedro Collor contra o próprio irmão presidente.

Em maio de 1993, conforme Leite Júnior (idem), o Presidente Itamar, no intuito de controlar a inflação convida o então ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, para assumir o cargo de ministro da Fazenda. “Fernando Henrique, com a colaboração de renomados economistas, como Edmar Bacha, André

¹⁰

Disponível

em:

<http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/rede-escandalos.shtml?governo=collor---itamar&scrollto=54> – acesso em 14 de maio de 2015.

Lara Resende e Pêrsio Arida, elaborou um novo plano de combate à inflação.” (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 60)

Itamar, político experiente, ex-senador pelo principal partido de oposição ao regime militar, assume interinamente a presidência em 2 de outubro de 1992, sendo formalmente aclamado presidente em 29 de dezembro de 1992. Em fevereiro de 1994, o governo Itamar lançou o Plano Real – Plano de estabilização da inflação em que foi criado o Real, a nova moeda brasileira que vigora até os dias de hoje – que estabilizou a economia e acabou com a crise hiperinflacionária. Este novo plano recompõe toda a base de apoio ao governo no Congresso e monta um ministério que contempla grande parte do espectro político nacional. (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 60)

Destaca-se neste período além dos escândalos de corrupção, dois grandes feitos para a política brasileira, dentre eles, o então processo de impeachment, como manifestação efetiva da democracia neste país, como manifestação do povo na soberania da política brasileira, dentro da ordem constitucional e sem desestabilização do Estado de Direito. E ainda, “ [...] o sucesso da implantação do Plano Real, que conseguiu debelar a inflação, coisa que vinha sendo tentada há décadas no país.” (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 62)

Com o feito de Fernando Henrique na política brasileira, o candidato à Presidência da República foi eleito em 1994, após o mandato de Itamar, dando continuidade ao Plano do Real, foi reeleito em 1998, tomou posse em 1 de Janeiro de 1999, governando até 2002. O então Presidente, permaneceu na presidência durante dois mandatos consecutivos.

Com efeito realizou reformas na área econômica, financeira e na administração pública do país. Na área social, implantou uma rede de amparo à população desprovida, por meio de programas como Bolsa Escola, Bolsa Auxílio, Auxílio-Gás, Cartão-Alimentação, dentre outros. Contudo devido ao longo período sem investimentos necessários para geração e distribuição de energia, o país sofreu a crise elétrica em 2001 com o “apagão”.

Embora o governo Fernando Henrique tenha investido na conclusão das obras de novas hidrelétricas e na ampliação da capacidade geradora de hidrelétricas já existentes, o longo período de baixo investimento na área energética, desde o fim do governo Geisel, devido à crise fiscal do setor público e às incertezas quanto a definição do marco regulatório do setor, deixou o país desprovido de fornecimento da energia suficiente para fazer frente ao processo de crescimento econômico. Justamente quando a economia dava sinais de recuperação, o racionamento de energia breçou a expansão da produção industrial. (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 71)

O governo de FHC, Segundo a Revista Veja¹¹ também foi marcado por escândalos de corrupção, como Pasta rosa, em dezembro de 1995; Precatórios, em fevereiro de 1997; Frangogate, em abril de 1997; Escândalo das privatizações, em maio de 1997; Compra de votos para a aprovação da reeleição, em maio de 1997; Dossiê Cayman, em novembro de 1998; Grampos do BNDES, em novembro de 1998; Máfia dos fiscais, em dezembro de 1998; Caso Marka/FonteCindam, em janeiro de 1999; Desvios de verbas do TER-SP, em maio de 1999; Garotinho e a turma do Chuvisco, em abril de 2000; Sudam, em abril de 2001; Violação do painel do Senado, em abril de 2001; Bunker petista, em janeiro de 2002; Caso Celso Daniel, em janeiro de 2002; e Caso Lunus, em março de 2002. Com isso, houve um crescimento das intenções de voto no candidato Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), partido da oposição. No entanto, não é em todos os escândalos que há envolvimento do presidente ou de seu partido, contudo ocorrem durante seu governo.

Destarte, em outubro de 2002, Lula foi eleito Presidente da República, tomando posse em 1º de janeiro de 2003. O Presidente, por sua vez, também governou durante dois mandatos consecutivos, e apesar de opositor ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) deu continuidade ao plano de governo de Fernando Henrique Cardoso, também conhecido por FHC. Mesmo antes da eleição Lula afirmou que não iria fazer nenhuma modificação drástica que arriscasse a estabilidade econômica do país. "Diferentemente do governo Fernando Henrique, a situação da economia internacional durante o governo Lula foi extraordinariamente favorável." (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 75)

Durante o governo de Lula, além dos bons resultados obtidos nos campos econômico e social, destaca-se, mais uma vez, a atuação da sociedade civil na política brasileira, solidificando a materialização do processo democrático. Segundo Leite Júnior (idem), sempre que o governo advertia impor mudanças que ameaçavam a desestabilização do Estado de Direito, os partidos de oposição, a imprensa e o povo inviabilizavam imediatamente, efetivando assim a liberdade de expressão promovida com o acontecimento histórico da democracia.

Embasado nos bons resultados obtidos durante o primeiro mandato, no carisma pessoal e na ampliação da rede de assistência social, dos programas iniciados no

¹¹ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/rede-escandalos.shtml?governo=fhc&scrollto=38> – acesso em 14 de maio de 2015.

governo FHC, o Presidente é reeleito em 2006 com 60, 83% dos votos, após ir para o segundo turno contra Geraldo Alkmim com 39,17%. Destarte, Lula toma posse em 2007 e governa até 2010.

Segundo a Revista Veja¹² O governo de Lula, assim como os demais anteriores também foi marcado por escândalos e corrupções, como CPI do Banestado, em junho de 2003; Operação Anaconda, em novembro de 2003; Caso Waldomiro Diniz, em fevereiro de 2004; Banpará, em março de 2004; Caso GTech, em abril de 2004; Superfaturamento de obras em SP, em maio de 2004; Corrupção nos Correios, em maio de 2005; Escândalo do Mensalão, em junho de 2005; Dólares na cueca, em julho de 2005; Valerioduto mineiro, em julho de 2005; República de Ribeirão, em agosto de 2005; Quebra de sigilo do caseiro Francenildo, em março de 2006; Escândalo dos sanguessugas, em maio de 2006; Aloprados, em setembro de 2006; Renangate - Caso Mônica Veloso, em maio de 2007; Cheque da Gol, em junho de 2007; Renangate - Caso Schincariol, em julho de 2007; Renangate - Caso do laranjal alagoano, em agosto de 2007; Renangate - Golpe no INSS, em setembro de 2007; Cartões corporativos, em janeiro de 2008; Dossiê contra FHC e Ruth Cardoso, em março de 2008; Caso Satiagraha, em julho de 2008; Paulinho da Força e o BNDES, em outubro de 2008; Atos Secretos, em março de 2009; Caso Lina Vieira, em agosto de 2009; Mensalão do DEM, em novembro de 2009; Bancoop, em março de 2010; Os novos aloprados, em junho de 2010; Caso Erenice, em setembro de 2010. Assim como nos alvoroços, ocorridos durante o Governo FHC, não é em todos os escândalos que há envolvimento do Presidente ou de seu partido, contudo ocorrem durante seu governo.

Estes são alguns dos efeitos e consequências dessas duas primeiras décadas de democracia no Brasil. Um povo que devotou confiança, através do voto direto, aos respectivos Presidentes e em resposta teve as posteriores decepções: impeachment, privatizações e atualmente na era PT o corte de repasses à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) pelo governo vigente, que resulta no aumento da energia elétrica para a população.

Tudo isso pressupõe que a política funcione, tal qual está formulada no filme. O lugar onde o dizer se filia a uma dada região da memória joga com o gesto de interpretação, com o imaginário que temos de política. Contudo, os efeitos de sentido

¹² Disponível em: <http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/rede-escandalos.shtml?governo=lula&scrollto=13> – acesso em 14 de maio de 2015.

que estão naturalizados no filme nos levam a crer que precisamos acreditar na mudança, porque ela é possível, possibilitando assim, a formulação de novos sentidos. Para tanto, o esquecimento torna-se constitutivo na linguagem. Conforme Pêcheux (1975), há pelo menos, duas formas de esquecimento.

O esquecimento número dois, que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre poderia ser outro. [...] Este "esquecimento" produz em nós a impressão da realidade do pensamento. [...] O outro esquecimento é o número um, também chamado de esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pre-existentes. (ORLANDI, 2002, p. 35)

O que Pêcheux (1975) nos propõe, em relação ao esquecimento nº 2 é que essa ilusão referencial nos faz crer em uma relação "natural" entre palavra e coisa, na relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Assim, temos a ilusão de que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não com outras. Contudo este esquecimento é parcial e semi-consciente, pois muitas vezes retomamos as famílias parafrásticas, para especificar melhor o que dizemos.

O esquecimento nº 1, por sua vez, é inconsciente e conforme o autor este esquecimento reflete "o sonho adâmico" o homem como origem absoluta da linguagem e a palavra com um sentido único, imobilizado. Contudo ele afirma também que apesar de se realizar em nós é apenas representativamente que o sentido se origina em nós. Ou seja, "[...] eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade." (ORLANDI, 2002, p. 35)

Embasados na reflexão de Pêcheux (1975), sobre o esquecimento, podemos dizer que embora haja singularidade no modo como a língua e a história nos afetam, não somos o início delas e elas não se originam em nós. Mas "Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante." (ORLANDI, 2002, p. 35-36) É, portanto, baseada no esquecimento constitutivo na linguagem que a formulação filmica repete/reformula os sentidos pré-existentes regionalizados em diferentes lugares da memória discursiva sobre a política brasileira, produzindo novos sentidos. Assim os sentidos e os sujeitos estão sempre em movimento.

3. ANÁLISE DO FILME “O CANDIDATO HONESTO”: PARÁFRASE E POLISSEMIA

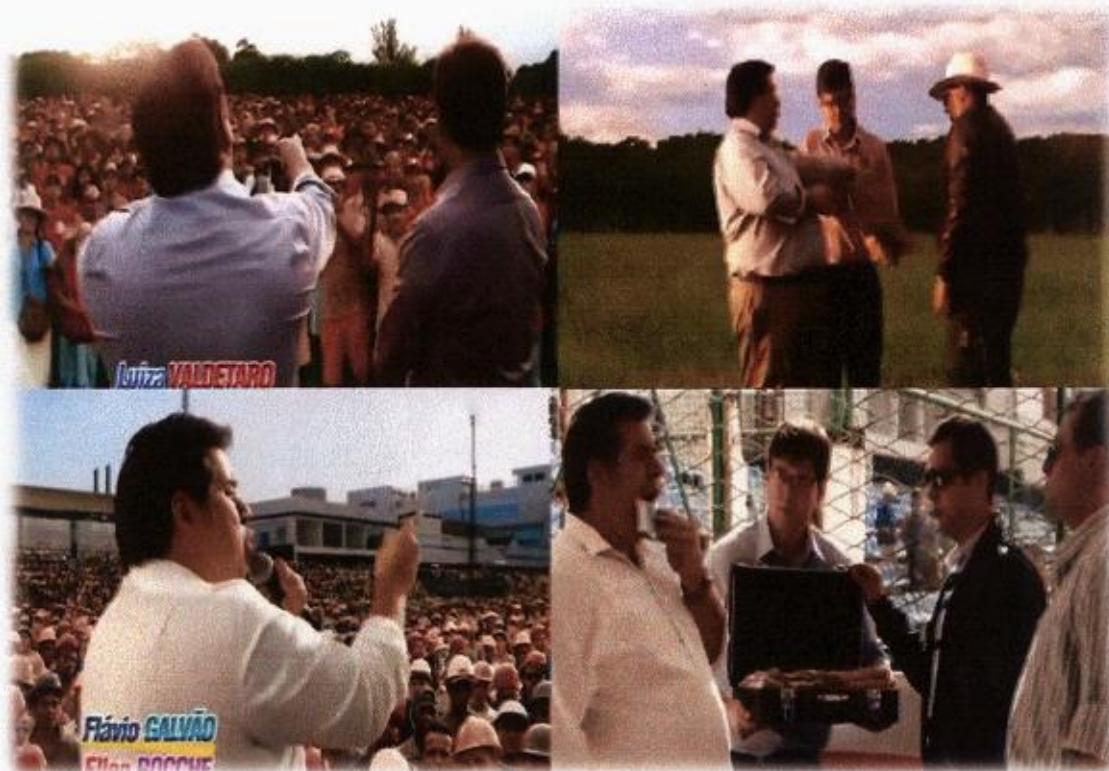
3.1 Regularidades discursivas: honesto/desonesto

Para compreendermos discursivamente o modo como o filme *O candidato honesto* produz sentidos, ou melhor, como joga com o imaginário sobre o funcionamento da política no Brasil, dividiremos este capítulo analítico em três momentos específicos: a) compreensão das regularidades discursivas que recortam o filme e tecem relações/produzem efeito de unidade entre início, meio e fim; b) compreensão dos processos de subjetivação que se naturalizam e se repetem na constituição da posição sujeito candidato; c) compreensão sobre o modo como o filme repete e como produz a diferença em relação à memória discursiva constitutiva do atual sistema político brasileiro.

A formulação filmica se configura em dois planos. Para melhor compreendermos este movimento vamos considerar que o sujeito candidato à Presidência da República ao realizar suas propagandas e discursos políticos se dirige ao público eleitor, porém este público se desdobra em duas posições sujeito: a posição sujeito-eleitor no filme e a posição sujeito-espectador do filme. A partir de então podemos compreender as regularidades discursivas que recortam o filme e tecem relações/produzem efeito de unidade, entre início, meio e fim a partir da noção de corte, imbricação verbal e visual, e formação discursiva. Estes fatores discursivos é que determinam o que pode ou não ser dito, o que pode ou não ser exibido e ainda para quem será ou não exibido.

Pelo viés discursivo, podemos compreender a produção cinematográfica considerando os estudos realizados por Alain Badiou (2002). Conforme citamos no capítulo 1, o autor propõe uma compreensão dos movimentos do cinema que possibilitam o visível, ou seja, o que chega até nós, enquanto expectadores, mediado pela tela do cinema. Ao realizar tal estudo o autor pontuou como essencial o movimento do corte das cenas para a depuração controlada do visível. Para o autor isto implica dizer que o corte é que possibilita o efeito e os movimentos apresentados no cinema. Assim, “Mais essencial do que a presença é o corte, não apenas pelo efeito da montagem, mas desde logo e à partida pelo efeito do enquadramento e da depuração controlada do visível.” (BADIOU, 2002, p.111)

Este movimento que subtrai a imagem e materializa os efeitos de corte é denominado local. Podemos percebê-lo nas sequências de cenas abaixo que recortamos do filme.



Cenas do filme "O candidato honesto"

Na cena 1 e na cena 2 (que está localizada abaixo da 1), o candidato encontra-se de costas para a câmera, com o microfone na mão e com o dedo indicador apontado para um público, o que indica que ele esteja realizando um discurso para um público em especial, ou seja, para aqueles que constituem a posição-sujeito eleitor no filme. Estas cenas configuram o que chamamos primeiro plano.

Há também a frente do candidato uma grande aglomeração de pessoas com estereótipo em comum. Como podemos ver na cena 1, os sujeitos eleitores empunham ferramentas, usam chapéu, roupas bem simples, e, marcadamente, a predominância da cor vermelha, cor da bandeira de luta do MST (Movimento dos Sem Terra), nas roupas usadas pelo público eleitor. Destacamos ainda o fato de a cena ter como plano de fundo a predominância do verde de diversas árvores, o que caracteriza os sem-terra que predominantemente procuram instalações no campo. Já a cena 2, tem como plano de fundo prédios e grandes construções e os sujeitos eleitores usam capacetes o que caracteriza os trabalhadores da construção civil. Tudo isso

configura/enfatiza o discurso político direcionado à uma classe determinada de pessoas.

Esta descrição/análise se configura também nas sequências discursivas que acompanham as cenas. Vejamos: Na cena 1, temos a seguinte sequência discursiva: *No meu governo os sem-terra serão a minha prioridade!*; na cena 2, temos na sequência discursiva: *No meu governo os operários da construção civil serão a minha prioridade!*

Nas materialidades discursivas acima o candidato está realizando seu discurso de campanha, e nele promete que a classe específica será a sua prioridade. Todavia, a palavra "prioridade" significa "1. Qualidade do que ou de quem é o primeiro; primado. 2. Precedência dada a alguém, com preterição de outrem." (AURÉLIO, 2001, p. 594) Dada a contradição, haja vista, que para todos os grupos/classes os quais o candidato se pronunciou no filme, (aos sem-terra, aos operários da construção civil, a comunidade, aos paraguaios) ele prometeu a priorização, podemos afirmar que o discurso político do candidato consiste em falsas promessas, pois em ambos os discursos realizados o candidato causa o mesmo efeito de sentido, o de priorizar a classe para a qual discursa, sendo que a palavra "prioridade" causa o efeito de preferência, primazia, que por sua vez vem do ato de preferir alguma coisa ou alguém.

Nesse sentido o interlocutor, ou seja, o sujeito eleitor do filme recebe apenas a mensagem que o corte determina. Assim, o corte na formulação filmica produz um gesto de reger/administrar a singularidade e idealidade da cena, do visível, o que carece ou não ser visto. De outro modo, uma maneira de direcionar sentidos e gestos de leitura.

A partir de então podemos compreender as regularidades discursivas que recortam o filme e tecem relações de unidade entre início, meio e fim a partir da imbricação verbal e visual estudadas por Lagazzi. Conforme pontuamos no capítulo 1, em AD, "Imbricar pode ser compreendido, então, como compor no movimento da incompletude e da contradição." (LAGAZZI, 2012, p.01) Ou seja, ao expandir o exercício parafrástico para composições com diferentes suportes significantes, na imbricação material podemos compreender a regularidade discursiva em dois movimentos, ou dicotomias. Essas materialidades discursivas estão significando a contradição que compõe as regularidades discursivas, honesto/desonesto, que configuram o candidato João Ernesto e a posição sujeito candidato fora do cinema. Enquanto que o corte, que permite a imbricação, ou seja, compor no movimento da

incompletude e da contradição, produz efeitos de verdade que se configuram como a posição candidato “honesto”, ou seja, através do corte o sujeito eleitor do filme, para o qual discursa o candidato, só tem acesso, ao pré-determinado, em outras palavras, apenas ao que configura a honestidade do candidato.

Desse modo, na cena 3 que está ao lado da 1 e na cena 4 que está abaixo da 3, temos o candidato de frente para as câmeras, ou seja, de frente para o sujeito espectador. Elas não estão para o sujeito eleitor do filme como estão para o sujeito espectador. Nas cenas 3 e 4, o candidato João Ernesto está recebendo propina dos supostos colaboradores da campanha, que dão dinheiro por vantagens político/administrativas pós eleição. Nós, sujeitos expectadores do filme, nessa ocasião temos uma visualização privilegiada, na qual podemos ver a corrupção que os sujeitos eleitores da formulação filmica não veem. Estas cenas configuram o segundo plano da formulação filmica.

Assim, através das cenas recortadas podemos perceber que alguns efeitos discursivos, como o corte, a imbricação verbal e visual são determinantes para delimitar o que pode ou não ser dito, o que pode ou não ser exibido e ainda para quem será ou não exibido. O que nos leva a retomar a noção de *formação discursiva*, a qual “[...] se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito.” (ORLANDI, 2002, p. 43) O sujeito discursivo, por sua vez, é afetado pelo real da língua e da história sem ter controle sobre o modo como elas o afetam, funcionando pelo inconsciente e pela ideologia.

A regularidade discursiva, pode ser vista em outra sequência discursiva, na qual o filme trabalha a desconstrução dos sentidos dados na propaganda eleitoral do início do filme, denunciando através do jogo verdade e mentira a corrupção por trás das campanhas e promessas políticas. Desse modo, temos a sequência discursiva, na qual ao sair o resultado do primeiro turno, antes do discurso político de agradecimento de João Ernesto, seu assessor diz *“Aí pessoal, hora do show, hora do show. Os jornalistas já estão aí fora já. Cadê a camisa amassada de campanha dele, alguém prepara a família, Dona Izabel, todo mundo [...] vamos lá João vamos ensaiar, sorriso contido, olhar no horizonte, assim igual a um Che Guevara da vida, lágrimas nos olhos, fala uma coisa assim...eu quero um Brasil melhor!”*. (risos)

Estas sequências discursivas produzem o efeito de sentido de que a política brasileira seria uma grande encenação, um palco de teatro. Desse modo, o filme

produz um gesto de interpretação sobre o cenário político brasileiro a partir do qual é possível perceber uma regularidade discursiva materializada no jogo de oposição: verdade/mentira; sentidos que no cenário político (re) produzido/configurado, de certo modo, nos recortes cenográficos do filme são reescritos/ressignificados pela relação honesto/desonesto. Jogo no qual o verbal se encarrega de dizer e o visual de pôr em contradição, trabalhando a incompletude uma na outra. Ou seja, é a partir dessa regularidade discursiva que compreenderemos os efeitos de sentidos e imaginários materializados no longa-metragem.

O modo como o filme propõe/apresenta esse movimento em dois planos permite compreender no movimento discursivo do filme o efeito de paráfrase e polissemia no gesto de interpretação, estabelecendo uma relação interdiscursiva com imaginários de sentidos sobre as campanhas eleitorais e sobre a política brasileira.

3.2 Constituição da posição sujeito candidato honesto

Neste tópico vamos compreender os processos de subjetivação que se naturalizam e se repetem na constituição da posição sujeito candidato honesto. O filme começa com um discurso que produz um efeito de verdade sobre o candidato, reafirmando a sua honestidade. Desse modo, dá início com o aviso de uma propaganda eleitoral: *"Interrompemos a programação deste cinema para um comunicado muito importante". "João Ernesto Ribamar é brasileiro e lutador, nascido no Nordeste na cidade de Barro Mole, sertão do Maranhão, vivenciou em seu caminho as mesmas dificuldades de milhões de brasileiros. Seus pais morreram de fome na grande seca de 1970. Justina Ribamar, sua avó e única parente migrou-se para o Rio de Janeiro, trazendo apenas suas roupas e o pequeno João no colo. Dona Justina trabalhou de lavadeira em sua comunidade. Ela não tinha dinheiro, mas tinha valores. Ensinou a João o valor do trabalho, do amor ao próximo e da honestidade. Porém um problema de saúde obrigou Justina a se aposentar. João teve que abandonar a escola e sustentar sua casa como engraxate na rodoviária de Nova Iguaçu." [...] "Aquele menino cresceu e realizou seu sonho, tornou-se motorista de ônibus no mesmo ano em que se casou com Izabel, a mulher de sua vida. Mas novamente um golpe do destino iria mudar sua vida. João sofreu um acidente que lhe deixou sequelas eternas. João perdeu um mamilo. A companhia de ônibus não quis pagar seu tratamento. João filiou-se ao sindicato dos motoristas e lutou pelos seus*

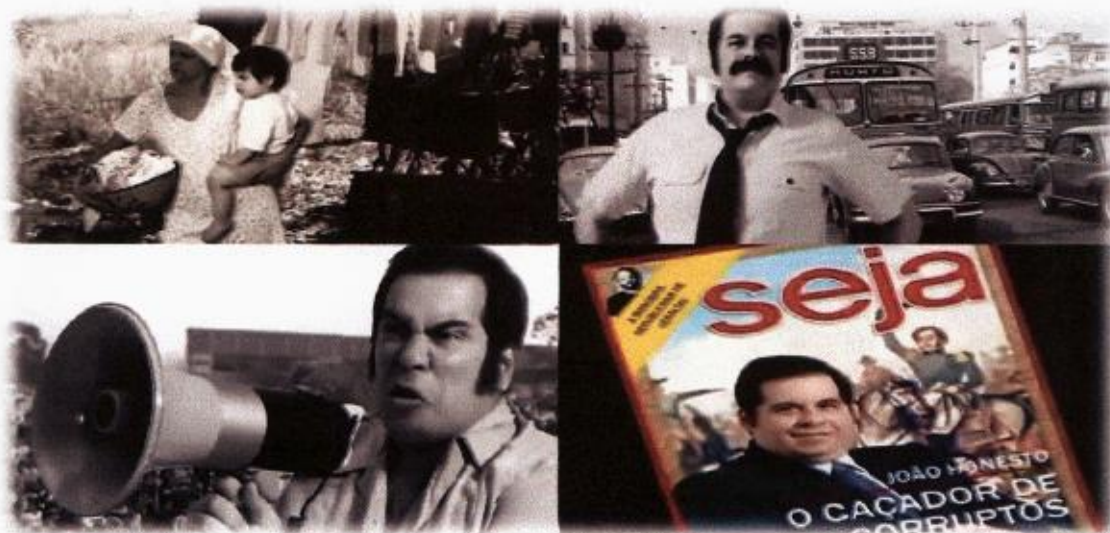
direitos. Tornou-se líder da classe e comandou a maior paralização dos transportes da história do país. Um ano depois ele entra para o PEDN (partido da ética democrática nacional) o partido pica-pau. Como pica-pau João Ernesto tornou-se deputado. Como Deputado Federal João foi implacável com a corrupção, o que lhe rendeu o apelido popular de O caçador de corruptos. Sua luta contra a corrupção foi elogiada mundo a fora e reconhecida por todos os brasileiros. E é em nome dessa luta que se candidatou à Presidência da República do Brasil. João Ernesto é um homem do povo, que sentiu na pele a desigualdade da sociedade brasileira. Um brasileiro como todos nós, que depois de viver com tanta dificuldade e sofrimento tornou-se o que todo mundo poderia esperar, o político mais...

O discurso realizado acima estabelece relação com os discursos que abrem as campanhas eleitorais políticas do país, geralmente realizados pelos candidatos a Governador e a Presidência da República. Nessas campanhas o candidato, no tempo que lhe é concedido, busca fazer um sobrevoo sobre sua história de vida, todavia este discurso é regido pelo corte. Nesse sentido o candidato e a junta organizadora determinam o que pode e deve ser dito, no intuito de administrar os sentidos e mostrar apenas suas qualidades, o que o identifica enquanto brasileiro, enfim, legitimar sua "honestidade". Vejamos a materialidade discursiva, na qual embasamos esta análise: *nascido no Nordeste[...]; vivenciou (...) as mesmas dificuldades de milhões de brasileiros [...]; João teve que abandonar a escola e sustentar sua casa como engraxate na rodoviária de Nova Iguaçu [...]; Aquele menino cresceu e realizou seu sonho, tornou-se motorista de ônibus no mesmo ano em que se casou com Izabel, a mulher de sua vida[...]; João sofreu um acidente [...]; João filiou-se ao sindicato dos motoristas e lutou pelos seus direitos. Tornou-se líder da classe e comandou a maior paralização dos transportes da história do país [...]; ele entra para o PEDN (partido da ética democrática nacional) o partido pica-pau. João Ernesto tornou-se deputado [...]; foi implacável com a corrupção [...]; se candidatou à Presidência da República do Brasil [...]; tornou-se o que todo mundo poderia esperar.*

A partir das sequências apresentadas, chamamos a atenção para as marcas verbais destacadas (*nascido, vivenciou, abandonar, cresceu, realizou, tornou-se, casou, sofreu, filiou-se, lutou, entra, candidatou, foi*), cujos efeitos produzem um modo de enfatizar os momentos em que se configuram as passagens de uma posição sujeito a outra, ou seja, da posição garoto pobre como muitos brasileiros à posição sujeito candidato à Presidência da República. Os gestos de interpretação naturalizados no

texto enfatizam que João viveu na pobreza, foi um homem trabalhador, filiou-se ao sindicato, que é responsável pela causa trabalhista, o que abrange a grande massa brasileira, lutou contra a corrupção, o que também reafirma a sua honestidade.

Desse modo, para materializar a sua honestidade, o candidato apresenta fotos que confirmam o discurso. Vejamos:



Imagens recortadas do filme "O candidato honesto"

Na imagem 1 temos o candidato no colo de sua vó, ela também carrega nos braços uma bacia com roupas, o que causa o efeito de que ela era realmente uma lavadeira. No plano de fundo que configura a imagem, temos ainda um varal cheio de roupas, uma vegetação seca, típica do solo árido do Sertão. Já nas demais cenas temos a mudança de posição do sujeito, sendo que na foto 2 (ao lado da foto 1), temos o candidato afrente de automóveis, dentre eles diversos ônibus, o que o caracteriza enquanto sujeito trabalhador. Na imagem 3 (abaixo da imagem 1) temos o candidato com um auto falante a frente de um grande público reiterando a sequência discursiva (*João filiou-se ao sindicato dos motoristas e lutou pelos seus direitos*) o que o configura enquanto representante da classe trabalhadora, na posição sujeito sindicalista. E finalmente na foto 4 (ao lado da foto 3), temos o candidato enquanto figura pública, destacado na capa de uma revista, cujo nome *Seja* faz referência a uma revista popularmente conhecida no Brasil, que é a *Revista Veja*. No cenário construído como plano de fundo desta foto, temos um homem empunhando uma espada (supomos) nas mãos e montado em um cavalo branco, o que nos lembra um acontecimento histórico do Brasil, a *Proclamação da República*.

Em relação ao discurso que apresentamos acima, chama-nos também a atenção as predicações realizadas sobre o candidato nas sequências discursivas “*João Ernesto Ribamar é brasileiro e lutador [...] O caçador de corruptos [...] João Ernesto é um homem* Guimarães do povo [...] *Um brasileiro como todos nós*. Desse modo, vale ressaltar as contribuições de (2002) em seu estudo sobre a designação. Segundo Guimarães (idem):

No caso da relação entre designação e referência, o que se deve buscar é como um nome aparece referindo no texto em que ocorre. Assim é fundamental observar como o nome está relacionado pela textualidade com outros nomes ali funcionando sob a aparência da substituíbilidade. Neste caso os conjuntos de modos de referir organizados em torno de um nome são um modo de determiná-lo, de predicá-lo. É neste sentido é que constituem a designação do nome em questão. (GUIMARÃES, 2002, p. 27)

Nessa perspectiva, podemos dizer que o uso da predicação ao candidato honesto, verbo ‘ser’ utilizado no presente ‘é’, produzem o sentido da designação. Portanto, considerando que esta predicação trás o efeito de atualidade, Guimarães (idem) afirma, “[...] esse movimento de predicação na duração do presente pelo memorável significa porque projeta um futuro, o tempo da interpretação no depois do acontecimento no qual o reescriturado é refeito pelo reescriturante. Desse modo, ao utilizar a predicação ‘é’, no presente, produz-se o sentido de perpetuar as qualidades do candidato que o predicam enquanto honesto, ou seja, apesar da passagem de posição do candidato ele ainda é *brasileiro e lutador [...] O caçador de corruptos [...] um homem do povo [...] Um brasileiro como todos nós*.

O gesto de se produzir uma história sobre o candidato, cujos efeitos de sentidos o aproximam do estereótipo de brasileiro reitera os processos de subjetivação que se naturalizam e se cristalizam na predicação principal sobre o personagem João Ernesto, ou seja, na predicação que se configura como título do filme: o candidato honesto.

3.3. Paráfrase e polissemia: repetição e ruptura

Com base no estudo realizado até aqui compreendemos que o filme “O candidato honesto” trabalha no sentido de repetir o funcionamento da política brasileira, sendo assim, vamos agora compreender o modo como o filme repete e como produz a diferença em relação à memória discursiva constitutiva do atual

sistema político brasileiro. Assim vamos tomar os conceitos de paráfrase e polissemia, sob o viés da AD, no intuito de compreender melhor como o discurso filmico mostra essa relação.

De acordo com Orlandi, quando pensamos a linguagem, considerando que o processo de significação é aberto, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Mas no intuito de sintetizar discursivamente, reger o sentido de o mesmo e o diferente a autora afirma:

Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmo espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2002, p. 36)

Ou seja, em AD compreendemos paráfrase como um gesto de repetição do já dito e polissemia como a possibilidade da produção de novos sentidos. No tópico anterior, no qual trabalhamos o discurso de abertura do filme, temos a materialidade discursiva que exemplifica essa abordagem teórica. O discurso de constituição dos sujeitos e dos sentidos traz ao final a seguinte sequência discursiva: *João Ernesto é um homem do povo, que sentiu na pele a desigualdade da sociedade brasileira. Um brasileiro como todos nós, que depois de viver com tanta dificuldade e sofrimento tornou-se o que todo mundo poderia esperar, o político mais... "Ladrão e safado da história"*. Sobre esta sequência observamos que o discurso estava se fechando para mostrar um sentido, contudo o corte produz um efeito parafrástico que possibilita a produção de outros sentidos.

O movimento é entravado pelo corte, que produz o efeito que o filme quer mostrar. Nesse sentido, joga com a visitação a política e a memória do passado através da possibilidade de marcar a diferença pelo processo polissêmico. Em outras palavras, esse furo na memória realizado pelo corte produz um efeito metafórico na formulação discursiva sobre a história do candidato. Vale ressaltar, que o discurso que antecede essa sequência visa repetir (pelo processo parafrástico) a história que constitui as campanhas políticas, contudo a partir do corte, estabelecido na sequência *"Ladrão e safado da história"*, o filme produz novos sentidos, com intuito de mostrar

que os meios não justificam os fins e apesar da história de sofrimento, pobreza e dificuldades do candidato a relação com o poder pode mudá-lo.

Dentre as possibilidades de sentido possíveis a partir do corte, podemos ainda observar a sequência discursiva abaixo, cuja formulação se constitui como desfecho da saga de João Ernesto: [...] *prestem muita atenção no que eu vou dizer para vocês agora. Talvez vocês nunca mais escutem isso da boca de um político. Eu me arrependo de tudo o que eu fiz com o povo brasileiro. Certa vez um homem muito inteligente disse que "a democracia é a pior forma de governo que existe", mas só se a gente se esquecer de todas as outras. [...] E é por isso e por um Brasil melhor que eu renuncio ao meu mandato de Deputado Federal e renuncio a minha candidatura à Presidência da República. O Brasil merece um candidato melhor do que eu. O Brasil merece, sempre merecerá, um futuro muito melhor.*

O discurso redencionista do candidato abrange a discussão realizada neste tópico, o marco do processo polissêmico que configura a sequência. Dessa forma, cabe-nos questionar ainda o porquê de o candidato honesto, não dar continuidade a sua candidatura e ao seu mandato de Deputado Federal, considerando que o processo de significação é aberto, que o cinema possibilita o jogo polissêmico da linguagem e possibilita a formulação de novos sentidos.

O recorte permite compreender que ainda não é possível no Brasil um Presidente honesto, pois o candidato não concretizou a sua missão, considerando que representa apenas uma pequena parte perante um todo, ou ainda a minoria oprimida pela maioria. Desse modo, vale destacar a contradição que se instaura entre a formulação fílmica e os efeitos de sentidos produzidos pelo processo polissêmico da linguagem. Ao se tornar honesto o candidato renuncia, ou seja, ele retoma a posição sujeito cidadão/eleitor, já não é mais um candidato. Esse efeito se configura enquanto contradição no sentido de que, enquanto candidato não se pode ser honesto. Visto que o candidato ao renunciar causa o efeito de sentido de que não irá ser honesto, então por isso a renúncia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para configurarmos os planos que materializam a formulação do filme e compreendermos este funcionamento, foi de suma importância os dispositivos teóricos e analíticos da AD, dentre eles a relação sujeito/história/linguagem, as condições de produção e interdiscurso, a formação discursiva, a ideologia e o sujeito, a noção de incompletude e o papel da memória. Para a análise também foi de suma importância o dispositivo analítico disponibilizados nas colaborações de Alain Badiou (2002) que propôs em seu estudo sobre *Os falsos movimentos do cinema* a compreensão da produção cinematográfica, nomeadamente os movimentos do cinema que possibilita o visível, ou seja, o que chega até nós, enquanto expectadores, mediado pela tela do cinema, capaz de nos fazer compreender o objeto simbólico, o funcionamento da Ideologia e a sua relação histórica com os sujeitos e os sentidos.

Desse modo, para compreendermos os planos que configuram a formulação do filme tornou-se necessária a abordagem teórica de Suzi Lagazzi (2007, 2012), para quem recortar um material de análise é compreender seus processos de ancoragem e filiação a uma dada região da memória discursiva e não a outra. Seus dispositivos teórico-analíticos nos possibilitou ao expandir o exercício parafrástico para composição com diferentes suportes significaante compreender no movimento da imbricação, as regularidades discursivas que recortam o filme e tecem relações de unidade entre início, meio e fim a partir da imbricação verbal e visual.

Em um segundo momento, sob as colaborações de Guimarães (2002) em seu estudo sobre a designação, compreendemos como os processos de subjetivação se naturalizam e se repetem na constituição da posição sujeito candidato honesto através do gesto de produzir uma história verdadeira sobre o candidato, na qual textualiza no sentido de evidenciar predicativos que o aproximam do estereótipo de brasileiro e de candidato honesto.

Finalmente, no que tange a proposta realizada inicialmente, na qual tomamos como material de análise o filme *O Candidato Honesto*, a fim de compreender a posição sujeito candidato à presidência da República no processo da campanha política, transparecer a relação texto/discurso com a sua exterioridade, indagamos sobre como o filme produz/repete imaginários e sentidos sobre a política e o político

no Brasil e como se produzem sentidos na/pela formulação fílmica. Tomamos o dispositivo teórico/análítico discursivos de Orlandi (2002), paráfrase e polissemia que nos possibilitou compreender que o dito está na base do dizível, logo no processo de formulação do discurso que compõe o filme "O candidato honesto", produz o efeito de sentido de repetir o mesmo funcionamento da política brasileira, e isto se configura pelo processo parafrástico, ao qual está submetido a linguagem. Desse modo, conforme enfatiza Orlandi:

Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. [...] não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes. (ORLANDI, 2002, p. 62)

Dado que o objeto empírico é inesgotável, no processo polissêmico da linguagem, na formulação que produz a diferença em relação à memória discursiva constitutiva do atual sistema político brasileiro, sobre o gesto de leitura que nos cabe enquanto analista, podemos dizer que a materialidade discursiva evidencia que por trás de formas de governo, sistema políticos, cargos políticos estão os homens, que por sua vez são corrompíveis. Nesse sentido, cabe a cada um ser a fonte da honestidade que se espera de um político, de um sistema político, da democracia.

A democracia proporciona, de certo modo, elegermos o melhor para o Brasil. Desse modo, a formulação do filme permite compreender que ainda somos os atuais responsáveis pela história política brasileira e enquanto não houver homens honestos, não haverá candidatos honesto que efetivem suas candidaturas, nem tão pouco políticos honestos que cheguem ao poder.

REFERÊNCIAS

BADIOU, Alain. **Os falsos movimentos do cinema**. In. **Para uma nova teoria do sujeito**: conferências brasileiras/ Alain Badiou. Emerson Xavier da Silva, Gilda Sodré (Tradução). Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 2002.

BOLOGNINI, Carmen Zink. **Efeito da metáfora e da metonímia no gesto de interpretação**: quem é o rei no “Rei leão”? In. **Discurso e ensino**: o cinema na escola. Carmen Zink Bolognini (org.) Campinas, SP: Mercado de letras, 2007.

BRASIL. Ministério Público Federal. Secretaria de Comunicação Social. **Por dentro das eleições**: calendário, regras e atuação do MPF/ Secretaria de Comunicação Social. – Brasília: MPF, 2014. 98 p. Disponível em: < file:///C:/Users/hp/Downloads/cartilha_eleicoes_2014_web.pdf > Acesso em: 23 mai. 2015.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. **Cartilha sobre Propaganda Eleitoral** – Eleições 2014. Marcos Vinícius Linhares C. da Silva (organizador). Aracaju: Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Secretaria Judiciária, 2014. 32 p. Disponível em: < <http://tre-se.jus.br/publicacoes/cartilhas/cartilha-sobre-propaganda-eleitoral-2014> > Acesso em: 23 mai. 2015.

Breves notas sobre a minirreforma eleitoral de 2013. Disponível em: < <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ms-artigo-breves-notas-sobre-a-minirreforma-eleitoral-de-2013> > Acesso em: 23 mai. 2015.

DOWNTOWN, filmes. Disponível em: < <http://www.downtownfilmes.com.br/busca/O%20candidato%20honesto> > Acesso em: 23 mai. 2015.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GARCIA, Luciana Carmona. **O discurso político eleitoral contra a corrupção no HGPE/2006** : memória e construção de identidade / Luciana Carmona Garcia. São Carlos: UFSCar, 2010. 178 p.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.

HOUAISS, Antônio; Villar, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOUAISS, Antônio; Villar, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAGAZZI, S. **O Discurso na Contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras**. F. Indursky, M. C. L. Ferreira & S. Mittmann (orgs.). São Carlos: Claraluz, 2009. p.67-78.

_____. **O recorte significativo na memória**. Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007. In: **O Discurso na Contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras**. F. Indursky, M. C. L. Ferreira & S. Mittmann (orgs.). São Carlos: Claraluz, 2009. p.67-78.

_____. **O exercício parafrástico na imbricação material**. 2012. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/anpoll/resumos/SuzyLagazzi.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2012.

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro** / Alcides Domingues Leite Júnior. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 88 p.

O candidato Honesto. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O5CwrX4f06c>> Acesso em: 23 mai. 2015.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autora, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **O trabalho da interpretação**. In: **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 11-22.

_____. **Ordem e organização na língua**. In: **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 45-51.

_____. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Discurso e Texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Análise do Discurso:** princípios e procedimentos. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. **Discurso e textualidade.** Suzy Lagazzi-Rodrigues e Eni P. Orlandi (orgs.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento/ Michel Pêcheux; tradução Eni Pulcinelli Orlandi. – Campinas, SP: Pontes, 1990.

_____. **Papel da memória.** In: ACHARD, Pierre et al. (Org.) **Papel da memória.** 3ª ed. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2010.

SIROTSKY, Nelson. **A Defesa da Liberdade de Imprensa no Brasil.** UNESCO: Brasília, 01 mar. 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001540/154080por.pdf> > Acesso em: 23 mai. 2015.

VEJA, revista. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/rede-escandalos.shtml?governo=fhc&scrollto=38> > Acesso em: 23 mai. 2015.